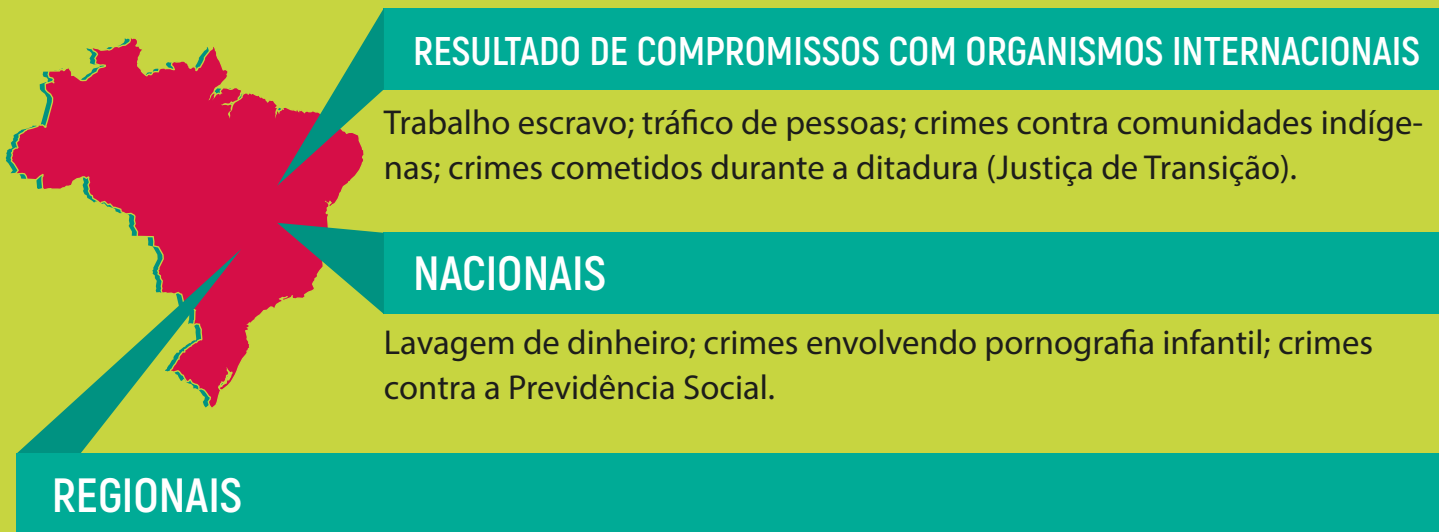


DESTAQUES do BIÊNIO 2016-2018

Durante o biênio 2016-2018, a 2ª Câmara delineou sua atuação com foco na estratégia e efetividade. Foram eleitos os seguintes **temas prioritários**:



1ª Região: trabalho escravo; crimes ambientais de grande porte.

2ª Região: contrabando e descaminho; roubo de mercadorias em poder da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

3ª Região: crimes fronteiriços ou cometidos em portos e aeroportos (contrabando e descaminho; tráfico de armas; tráfico de pessoas); trabalho escravo.

4ª Região: crimes fronteiriços; tráfico de armas.

5ª Região: fraudes contra a Previdência Social (aposentadoria de trabalhadores rurais); fraude de desvio na aplicação de financiamentos agropecuários (recursos federais disponibilizados pelo Banco BNB).

DESTAQUES do BIÊNIO 2016-2018

Atividades de Revisão

Total de sessões de revisão realizadas:

64

[Acesse as atas](#)

Movimentação processual

Total de processos
distribuídos:

22.235

Total de processos
julgados:

17.697

Total de decisões
monocráticas:

4.350

Modernização administrativa

- 1 Autuação de procedimentos em formato eletrônico.
- 2 Acesso direto ao sistema de tramitação eletrônica dos processos da 4ª Região, que possibilitou a intimação e o cadastramento de manifestações da 2ª Câmara.
- 3 Indexação de decisões, comunicados, enunciados e orientações da 2ª Câmara no sistema Aptus, permitindo fácil acesso e busca de temas específicos nos documentos indexados.

Atividades de Coordenação

Total de sessões de coordenação realizadas:

64

[Acesse](#)

Instruções de Serviço aprovadas:

9

[Acesse](#)

Total de enunciados aprovados ou revistos:

13

[Acesse](#)

Total de orientações aprovadas ou revistas:

7

[Acesse](#)

Reuniões de atuação estratégica:

Reunião de Coordenadores Criminais e Coordenadores de Grupos e Comissões: 2 (5 e 6/12/2016 e 27 e 28/2/2018).

Reunião de Trabalho sobre Contrabando e Descaminho 17 e 18/5/2018 em Porto Alegre/RS.

Reunião de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias 7 e 8/6/2018 em Recife/PE.

Reuniões para melhoria da interlocução com órgãos externos

Dibren/INSS, Dprev/PF, Coinp/MF, Dataprev, RFB, Bacen, BB, CEF, Correios, MTb, DPF, DPRF, Senasp/MJ, SNJ/MJ, Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Cidadania.

Ao longo do biênio foram realizadas aproximadamente **35** reuniões com representantes dos órgãos mencionados.



Reuniões de Grupos de Apoio, Trabalho e Comissões:

16

Participação nas reuniões das ações da Enccla:

7

Participação nas reuniões do Programa de Proteção Integrado de Fronteira (PPIF): 2 (2016) 6 (2017)

Oficinas temáticas:



Ao todo, foram realizadas 8 oficinas temáticas, voltadas para a troca de experiências, identificação de boas práticas, coordenação interinstitucional e aperfeiçoamento da atuação dos membros:

- ▶ Crimes Cibernéticos - 26 e 27/1/2017.
- ▶ Crimes de Fronteira - 7 e 8/2/2017.
- ▶ Tribunal do Júri - 14 e 15/2/2017.
- ▶ Fraudes Previdenciárias - 14 e 15/3/2017.
- ▶ Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - 21 e 22/3/2017.
- ▶ Crimes contra o Sistema Financeiro e a Ordem Econômica 22 e 23/6/2017.
- ▶ Lavagem de Ativos e Financiamento do Crime Organizado 27 e 28/6/2017.
- ▶ Tribunal do Júri - Técnicas de interrogatório - 4 e 5/6/2018.



Resultados das Interlocuções:



Parceiros do combate às fraudes previdenciárias (INSS /Dirben e Coinp, DPF/Dprev)

Atuação para as seguintes melhorias:

- ▶ Revisão do sistema de cadastro de benefícios do INSS relacionados aos períodos de atividade rural (Recomendação nº 1 PR/RN):
 - acolhimento da recomendação por parte do INSS e regulação normativa em andamento.
- ▶ Saques pós-óbito:
 - representações conforme as situações descritas no Enunciado nº 68.
- ▶ Encaminhamento de orientações sobre informações essenciais para representações de crime ao MPF:
 - adequação das representações de notícia-crime do INSS.
- ▶ Compartilhamento de dados dos sistemas Cnis, Sisob e Sisben com o Ministério Público Federal:
 - atendido conforme ACT já firmado anteriormente com o CNMP.
- ▶ Identificação das fraudes na concessão e manutenção de benefícios previdenciários.

Receita Federal do Brasil – (RFB)

Atuação para as seguintes melhorias:

- ▶ Contrabando e descaminho:
 - Melhoria das RFFPs por meio do peticionamento eletrônico das RFFPs.
 - Formulário eletrônico, com dados estruturados, a ser encaminhado ao MPF via e-Proc.
 - Projeto de aprimoramento das RFFPs .
 - Apreensão de entorpecentes.
 - Contrabando de agrotóxicos.
 - Apreensão de armas e artefatos de armas.
- ▶ Acesso aos sistemas Infojud e Radar.
- ▶ Cronograma e-Social.
- ▶ Fraude na utilização de títulos públicos e outros créditos podres.
- ▶ RFFPs e qualificação da multa de ofício (crimes contra a ordem tributária).
- ▶ Sistema de Acompanhamento de Situação Fiscal (Sasf-MPF):
 - acompanhamento da situação da dívida tributária e o seu parcelamento.



Outros Destaques

Paralisação dos caminhoneiros: envio de 52 notícias autuadas pela PRF para coordenadores criminais, solicitando investigação; distribuição antecipada de inquéritos policiais instaurados sobre o tema, com acompanhamento pela 2ª Câmara; e autuação de quatro notícias de fato para apurar violações à Lei de Segurança Nacional, com envio às unidades do MPF com atribuição para atuar.

Reestruturação: a Câmara reestruturou a Força-Tarefa Araguaia. Ocorreram diligências em Marabá, realizadas pelos procuradores da República Tiago Modesto Rabelo e Wilson Rocha de Assis. A Força-Tarefa trabalha na instrução dos procedimentos investigatórios, sistematização de informações e coleta de provas para o pleno cumprimento da sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros *versus* Brasil.

Combate ao trabalho escravo: a Câmara coordenou, por meio do Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea (Gacec), a participação do MPF em 26 operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do MT. Atuou na criação da Força-Tarefa Caso Fazenda Brasil Verde.

Combate à lavagem de dinheiro: o Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro (Gald) prestou apoio a 4 casos relacionados à lavagem de dinheiro: PRM Ribeirão Preto; Procuradoria da República no Amazonas, Caso Bellavana e Operação Hefesta.

Apoio ao Tribunal do Júri: o Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri (GATJ) foi acionado para apoio a investigações e sessões plenárias do Júri em 22 casos.

Combate aos Crimes Cibernéticos: entre as atividades do Grupo de Apoio de Combate aos Crimes Cibernéticos (Gacc), podem-se destacar:

- ▶ Elaboração de 8 notas técnicas para auxiliar a atuação do MPF em diversos assuntos relacionados ao tema do Grupo.
- ▶ Participação em audiências públicas e na CPI dos Crimes Cibernéticos, bem como em projetos de lei sobre alteração do Marco Civil da Internet.
- ▶ Assinatura do Convênio Técnico e Operacional com a ONG Safernet para disponibilizar ao MPF o acesso à base de dados do site www.denunciar.org.br
- ▶ Representação do MPF no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e no Departamento de Segurança da Comunicação e Informação (DSCI) do Ministério da Defesa.

Crimes contra povos indígenas: a Força-Tarefa Avá-Guarani atua para investigar supostos crimes cometidos contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul, bem como nos feitos deles decorrentes.

Regimento Interno: aprovação do novo Regimento Interno da 2ª Câmara pelo CSMPPF, alinhando-se ao planejamento estratégico da instituição e às modificações de atribuições das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, realizadas especialmente pela Resolução CSMPPF nº 148/2014.

Comissão de Teses Recursais: criação da Comissão de Estudos sobre Teses Recursais para pensar e propor orientações sobre questões processuais relevantes, como as orientações dos acórdãos que interrompem a prescrição e o requerimento de execução provisória.

GT Utilidade: reestruturação do Grupo de Trabalho sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, que, em sua nova versão, atuará para pensar a modernização da investigação e persecução penal, considerando as novas Resoluções do CNMP nºs 174/2017, 181/2017 e 183/2018, especialmente quanto aos acordos de não persecução penal.

GT Fraudes Previdenciárias: criação do Grupo de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias para aprimorar o enfrentamento aos crimes relacionados às fraudes de benefícios urbanos, rurais e assistenciais.

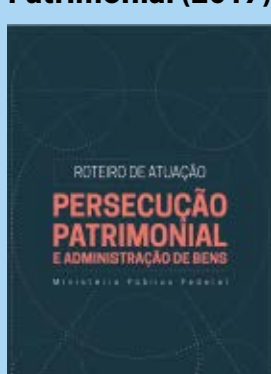
Para dar publicidade a todas as atividades da Câmara, foram publicados 129 comunicados. Foram ainda publicados 3 roteiros de atuação:

Ditadura Militar (2017)



[Acesse](#)

Persecução Patrimonial (2017)



[Acesse](#)

Crimes Cibernéticos (2016)



[Solicite](#)

Nesse biênio foram publicadas também 6 coletâneas de artigos:

Crimes Cibernéticos



[Acesse](#)

Escravidão Contemporânea



[Acesse](#)

Tráfico de Pessoas



[Acesse](#)

Em fase de conclusão: Justiça de Transição, Atuação Criminal e Delitos Fiscais.



Temas e Estratégias para 2018

[Acesse](#)



Confira as informações detalhadas no Relatório de Atividades 2017.

[Acesse](#)